

Economia solidária: um modo de produção e distribuição

Paul Singer

UM MODO DE PRODUÇÃO ENTRE OUTROS

Há diversas maneiras de organizar a produção e a distribuição de bens e serviços, oriundos da interação de agentes especializados, inseridos numa divisão social do trabalho. Um dos mais simples e por isso dos mais antigos é a *produção simples de mercadorias*: os agentes são os possuidores individuais dos seus meios de produção e distribuição e portanto também dos produtos de sua atividade, que eles intercambiam em mercados. O agente é neste modo quase sempre uma família ou um domicílio, cujos membros trabalham em conjunto, usufruindo coletivamente dos resultados de sua atividade. A agricultura familiar, o artesanato e o pequeno comércio são exemplos de atividades integrantes deste modo de produção.

O *capitalismo* se originou da produção simples de mercadorias, negando-a ao separar a posse e o uso dos meios de produção e distribuição. Esta separação surge mais ou menos “naturalmente” do funcionamento dos mercados¹, em que os vitoriosos no jogo competitivo acabam por se apoderar dos meios de produção e distribuição dos derrotados. Ao contrário da generalização teórica de que mercados tendem a um equilíbrio entre procura e oferta, a partir do qual todos os agentes teriam apenas de reiterar a mesma conduta para continuar participando da divisão social do trabalho, a realidade histórica indica que os mercados apenas passam de um desequilíbrio a outro, em função de fatores naturais e sociais – quantidade de chuva e sol, guerras, expedições, invenções etc. – que afetam a posição relativa de cada agente, beneficiando alguns e arruinando outros.

O capitalismo é o modo de produção em que os meios de produção e de distribuição, assim como o trabalho, se tornam mercadorias, apropriadas privadamente. Os meios de produção e distribuição tornam-se *capital* à medida que se concentram nas mãos duma minoria, enquanto a maioria se limita à posse de sua capacidade individual de trabalho. Esta concentração do capital, que se encontra na origem do capitalismo, permite a invenção de meios *automáticos* de produção e distribuição, ou seja, em que o trabalho humano é substituído por forças “naturais” de animais domesticados, da água corrente, do vento etc. Em seguida, são

inventadas formas mais complexas de captação e governo da energia do vapor, da eletricidade, de derivados do petróleo etc.

As revoluções industriais tornam-se economicamente viáveis porque a concentração do capital possibilitou o emprego de vastas somas na atividade inventiva e na fabricação dos novos meios de produção e distribuição. O que levou à enorme expansão do modo de produção e distribuição capitalista, em detrimento da produção simples de mercadorias, que no entanto não desapareceu mas foi convertida num modo marginal e subordinado. A ruína de parte do artesanato, do pequeno comércio e da agricultura camponesa liberou numerosa mão-de-obra, que foi parcialmente absorvida pela economia capitalista.

Tornou-se característica do capitalismo o aproveitamento incompleto da capacidade de trabalho do proletariado, ou seja, do que Marx conceituou como a perpetuação dum “exército industrial de reserva”. Neste ponto, o capitalismo se distingue dos demais modos de produção. A razão de ser do desemprego como elemento estrutural do capitalismo deriva diretamente do antagonismo entre compradores e vendedores da força de trabalho. Aos compradores – as empresas capitalistas – interessa que haja concorrência entre os vendedores para que o custo caia; aos trabalhadores obviamente interessa o contrário. Relativamente cedo os trabalhadores conquistaram o direito de se unir em sindicatos, o que tornou possível e provável a monopolização da oferta da força de trabalho.

A monopolização do mercado de trabalho acrescida das sucessivas conquistas de direitos sociais pelos trabalhadores tornou o custo do trabalho o preço estratégico da economia capitalista, contraposto à taxa de lucro sobre o capital invertido. Sempre que a economia se aproxima do pleno emprego – isto é, quando o exército de reserva tende a zero – quase todos os preços sobem, ameaçando o valor “real” da riqueza financeira. Sob modalidades institucionais diferentes – padrão ouro, padrão dólar, taxas flutuantes de câmbio e de juros – a economia é freada preventivamente antes que a espiral preços-salários a precipite numa inflação crescente. O caso das economias latino-americanas, que tiveram grandes inflações em época de paz, na segunda metade do século xx, é a exceção que confirma esta regra.

Houve apenas uma época na história do capitalismo em que imperou o pleno emprego nos países mais adiantados: os assim chamados trinta anos “dourados” após o fim da Segunda Guerra Mundial. Neste período, as forças políticas representativas da classe operária foram quase hegemônicas, subordinando os interesses da classe capitalista ao pleno aproveitamento das forças produtivas. No último quartel do século xx, o capitalismo voltou por assim dizer ao seu ramerrão: o capital privado rompeu as amarras que manietavam, o pleno emprego deixou de ser um objetivo da política econômica e o exército de reserva voltou a se tornar cada vez mais ponderável.

Parte do exército de reserva é mantida em ociosidade, sustentada pelo seguro-desemprego. O restante, porém, é induzido ou forçado a procurar ganhar a vida vendendo em algum mercado o fruto de seu trabalho. O que implica o inchamento da produção simples de mercadorias e o empobrecimento de grande parte de seus integrantes, que atuam nos mercados mais vulneráveis à entrada em massa dos excluídos do modo de produção e distribuição capitalista.

A *economia solidária* surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, *cooperando entre si*. Isso se dá não somente nas fábricas, mas também nas redes de transporte, comunicação, de suprimento de energia, de água, de vendas no varejo etc.

O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. *Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos*. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.

AS BASES IDEOLÓGICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária não é a criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados “utópicos” da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento. A economia solidária é uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução.

Para compreender a lógica da economia solidária é fundamental considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo. O que ela condena no capitalismo é antes de tudo a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um tão logo sua vontade mude.

A ditadura do capital na empresa faz com que: a) qualquer trabalhador deva obediência irrestrita às ordens emanadas do dono ou de quem age em seu nome; b) todo fruto do trabalho coletivo seja propriedade do capitalista, em cujo benefício todos os esforços devem ser envidados; c) o trabalhador só faça jus ao salário previsto contratualmente e aos seus direitos legais.

A crítica ao capitalismo prossegue ao considerar os seus efeitos extra-empresa: a crescente desigualdade entre a classe capitalista, cuja riqueza aumenta com a acumulação do capital, e a classe trabalhadora, cujos ganhos são apenas suficientes para reproduzir sua força de trabalho cotidianamente e produzir nova força de trabalho – os seus descendentes – que substituirão os trabalhadores aposentados e os sustentarão mediante suas contribuições previdenciárias. Dada a tendência estrutural do capitalismo de desempregar, excluir e empobrecer parte da classe trabalhadora, a sociedade tende a se polarizar entre uma elite endinheirada e uma massa de pobres que dependem da venda de sua força de trabalho para ganhar a vida mas não encontra quem a compre, ao salário modal vigente.

A economia solidária é o projeto que, em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando. Os resultados históricos deste projeto em construção podem ser sintetizados do seguinte modo: 1. homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; 2. pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles; 3. assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4. pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários; 5. os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação etc.

Estas iniciativas são todas de não-capitalistas, ou seja, de pessoas excluídas da posse dos meios socializados de produção e distribuição, per-

tencentes a duas classes distintas mas não antagônicas: ou são possuidores de meios individuais de produção e distribuição e, para ganhar a vida, dependem da venda de seus produtos ou possuem unicamente sua capacidade de trabalhar e dependem de sua venda para ganhar a vida. As duas frações da classe trabalhadora dependem de sua atividade produtiva para sobreviver, semelhança que possivelmente explica a tendência de as associações que formam pautarem-se pelos mesmos princípios.

É claro que trabalhadores podem se associar em empresas capitalistas²⁾ desde que seus pecúlios reunidos sejam suficientes para alavancar créditos que permitam formar um capital mínimo. E não há dúvida que muitos o fazem e alguns têm sucesso e conseguem ascender à classe capitalista. A maioria fracassa, pois não consegue concorrer com empresas mais capitalizadas.

Há indiscutivelmente forte afinidade entre as classes trabalhadoras e os princípios que regem a economia solidária. Nem todos os trabalhadores rejeitam o capitalismo, mas a maioria deles o faz e por isso, quando se associa para produzir, comprar ou vender ou consumir, o faz sob formas solidárias. Fica em aberto a questão se esta afinidade se deve a um cálculo probabilístico que mostra à maioria dos trabalhadores que suas chances de ascender à classe dominante são mínimas ou se o anticapitalismo da maioria dos trabalhadores decorre da sua consciência de classe, adquirida com a prática da luta de classes ao longo da vida. Duma maneira ou doutra, a construção da economia solidária tem sido, em muitos países ao longo de muitas gerações, uma das principais formas de luta contra o capitalismo, ao lado da ação combativa de sindicatos e partidos por direitos políticos e sociais.

Seria um erro supor que a economia solidária é a *única opção* de sobrevivência das camadas mais pobres e excluídas das classes trabalhadoras. Não é verdade que a pobreza e a exclusão tornam suas vítimas *immanentemente* solidárias. O que se observa é que há muita solidariedade entre os mais pobres e que a ajuda mútua é essencial à sua sobrevivência. Mas esta solidariedade se limita aos mais próximos, com os quais a pessoa pobre se identifica. A mesma pessoa que se mostra solidária com parentes e vizinhos disputa com unhas e dentes qualquer oportunidade de ganho contra outras, que lhe são "estranhas". E muitos deles aceitam e internalizam os valores do individualismo que fundamentam a instituição do capitalismo.

FORMAS DEGENERADAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Na medida em que lutas anticapitalistas dão resultados, as instituições que as travam passam a se adaptar à sociedade burguesa por uma série de motivos, inclusive para preservar as conquistas obtidas. Com isso, a

sociedade burguesa se democratiza e engloba instituições que promovem o bem-estar social e ao mesmo tempo os sindicatos, os partidos e as cooperativas criadas pelos trabalhadores se aburguesam.

No caso específico da economia solidária, um momento crucial de degeneração foi a recusa das grandes e poderosas cooperativas de consumo europeias, no fim do século XIX, de adotar a autogestão nos estabelecimentos fabris e comerciais que iam criando. O mesmo foi feito pelas grandes cooperativas agrícolas, na Europa e América do Norte e mais tarde nos demais continentes. O que chocou as lideranças históricas do cooperativismo, principalmente de extração socialista cristã, que davam prioridade às cooperativas de produção autogeridas como meio de libertação da classe operária. Seguiu-se uma polêmica na qual se formulou a teoria de que cooperativas de produção não tinham condições de se desenvolver no seio do capitalismo. Segundo Beatriz Webb (ou Beatriz Potter, seu nome de solteira), às cooperativas de produção só se ofereciam duas possibilidades: ou fracassavam como empresas ou, quando tinham sucesso econômico, degeneravam, acabando como empresas capitalistas comuns.

Eduard Bernstein, famoso autor do revisionismo, em sua obra *Socialismo evolucionário* (1966), dá total razão a Beatriz Webb e explicita as razões de as cooperativas de produção estarem fadadas a fracassar ou a degenerar:

a república na oficina torna-se um problema mais difícil na medida em que o empreendimento se torna maior e mais complexo. Para fins excepcionais, pode dar resposta a homens que pretendam nomear os seus chefes imediatos e ter o direito de os remover. Mas, para as tarefas que a gerência de uma grande fábrica comporta, onde, dia a dia, hora a hora, têm de ser tomadas decisões que sempre geram uma oportunidade de atrito, é simplesmente impossível que o que dirige seja um subordinado daqueles a quem dirige, e que esteja dependente, para a sua posição, do favor ou do mau humor daqueles (p. 103).

Para um socialista, esta argumentação é paradoxal. Deveria ser um princípio básico que num empreendimento solidário os “homens nomeiem seus chefes imediatos e tenham o direito de os remover”, isso se for necessário mesmo que haja chefes. Mas, aparentemente para Bernstein, estas pretensões eram algo como caprichos, de somenos importância. Os outros aspectos da argumentação deixam claro que o modelo de gestão que Bernstein aprova é o vigente nas empresas capitalistas, aceitando como óbvio que as decisões têm de ser tomadas por gerentes, parecendo-lhe impossível que estes possam ser subordinados daqueles a quem dirigem. A idéia da igualdade de poder de decisão, de autogestão, da qual todos participam em pé de igualdade parece nem lhe passar pela cabeça.

Em sua também famosa resposta a Bernstein, Rosa Luxemburg, *Reforma ou Revolução?* (1946), oferece sua própria explicação para as cooperativas de produção não poderem se desenvolver:

Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou de atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. *Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel do patrão capitalista. É desta contradição que morre a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução* (p.52). [grifo nosso]

A argumentação de Rosa Luxemburg é mais antagônica à gestão capitalista, mas não é consistente. Ela desconhece ou despreza a resistência que os trabalhadores oferecem ao absolutismo do capital e que limita as arbitrariedades que este tenta praticar. Já na época em que ela escrevia (1899), os trabalhadores estavam organizados nas fábricas e tinham capacidade de se opor à intensificação do trabalho e a alterações unilaterais da jornada de trabalho. Se as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se auto-explorar menos; além disso, os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção.

Rosa conclui que “no caso de serem mais fortes os interesses dos operários” a cooperativa se dissolve, o que não faz sentido. Neste caso, que alternativas restam aos trabalhadores? Ficarem desempregados, eventualmente sobreviverem de bicos ou voltarem a trabalhar para capitalistas. Em condições evidentemente piores do que as da “auto-exploração” na cooperativa. O dilema deduzido por Rosa é tudo menos provável, mesmo porque grande parte das cooperativas de produção (também na época dela) descende de empresas capitalistas que fecharam, de modo que os trabalhadores conhecem as condições de trabalho que a competi-

ção no mercado impõe. Não é crível que passem a considerá-las insuperáveis quando se tornam os donos de seus meios de produção.

O argumento de Rosa Luxemburg hoje em dia frequentemente retorna. É comum ouvir que a economia solidária apenas compete com o capital mas não o elimina, pelo menos de imediato; portanto, nada de fundamental mudou. A conclusão é falsa sob todos os pontos de vista. Primeiro, porque o capital só pode ser eliminado quando os trabalhadores estiverem aptos a praticar a autogestão, o que exige um aprendizado que só a prática proporciona³. De outro modo, o que colocar no lugar da gestão capitalista? Certamente não um planejamento geral que centraliza todas as decisões econômicas nas mãos dum pequeno número de “especialistas”. Segundo, porque a economia solidária melhora para o cooperador as condições de trabalho, mesmo quando estas continuam deixando muito a desejar. Afinal de contas, assumir o poder de participar das decisões e portanto de estar informado a respeito do que acontece e que opções existem é um passo importante para a redenção humana do trabalhador. Terceiro: o surgimento e o fortalecimento da economia solidária reforça o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista, no mínimo porque diminui o exército de reserva.

O fato é que a maioria das cooperativas de consumo e agrícolas adotou a gestão capitalista em seus estabelecimentos. As cooperativas de consumo tiveram o seu auge na primeira metade do século xx; depois da Segunda Guerra Mundial sofreram a concorrência das grandes empresas varejistas de auto-serviço, que as superaram. A maioria das cooperativas de consumo vem fechando as portas em muitos países. Mas as cooperativas agrícolas se mantêm e crescem cada vez mais, organizando agroindústrias de processamento de cereais, produção de rações, de vacinas etc. Muitas se tornam grandes organizações, dirigidas por tecnocracias gerenciais de alto nível, que dominam os pequenos agricultores que são nominalmente os seus “donos”. Finalmente, no Brasil pelo menos, cooperativas agrícolas admitem como sócios grandes firmas capitalistas, que assalariam numerosos trabalhadores. Nestas, não restam vestígios de solidariedade.

É difícil fazer um diagnóstico do que representam as cooperativas hoje existentes em termos de economia solidária. Faltam as informações relevantes, mas é significativo que a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que reúne grande parte das cooperativas “oficiais” de todos os países, ainda em 1995 tenha reafirmado os princípios gerais do cooperativismo em termos essencialmente idênticos aos da economia solidária. O que permite crer que, apesar dos indícios de degeneração de muitas cooperativas, a maioria delas mantém-se fiel ao espírito dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, uma cooperativa de consumo fundada em 1844, por operários do setor têxtil, da cidade inglesa de Rochdale. Eles montaram um grande armazém com o

intuito de reduzir o custo e melhorar a qualidade dos alimentos que consumiam. Estabeleceram oito princípios: 1. haveria democracia na sociedade, para cada sócio um voto; 2. a sociedade seria aberta para quem quisesse participar, desde que integrasse a cota de capital mínima igual para todos; 3. qualquer dinheiro investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria a seu possuidor qualquer direito adicional de decisão; 4. tudo que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive o juro, seria distribuído entre os sócios em proporção às compras que fizessem na cooperativa; 5. todas as vendas seriam à vista; 6. os produtos vendidos seriam sempre puros e de qualidade; 7. a sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo; 8. a sociedade seria neutra política e religiosamente.

AUTOGESTÃO VERSUS COMPETÊNCIA CIENTÍFICA

O que induz a degeneração de empresas que são solidárias, pelo menos em sua acepção original, é menos a pressão da cultura capitalista dominante do que a descrença generalizada na capacidade de “meros trabalhadores” de as gerirem com eficiência. Esta descrença se baseia na idéia de que a administração de empresas é uma ciência que tem de ser aprendida em universidades, sobretudo quando se trata de empresas complexas operando com alta tecnologia. Segue-se que o poder de decisão deve ser entregue a quem tem competência, ou seja, a especialistas, cuja autoridade sobre os trabalhadores comuns não pode ser contestada. Este era, no fundo, o argumento de Bernstein contra a viabilidade da autogestão: “... a república na oficina torna-se um problema *mais difícil na medida em que o empreendimento se torna maior e mais complexo.*” [grifo nosso].

Na realidade, a administração de empresas não é uma ciência. Do mesmo modo que a medicina e a engenharia, ela é uma arte, o que significa que ela enfrenta uma problemática tão variada que suas soluções desafiam qualquer generalização. A prática da administração de empresas, no capitalismo, é um exercício de liderança, legitimado pela delegação de poderes dada pelo proprietário. Mas, apesar da legitimação, a autoridade do gestor é constantemente desafiada por subordinados, cujos direitos legais os resguardam de represálias imediatas, pois a ruptura do contrato de trabalho representa um custo não desprezível para a firma.

Não são apenas os trabalhadores que apresentam, conforme as circunstâncias, diferentes modalidades de resistência às ordens que vêm de cima. Também os outros gestores, em diferentes níveis hierárquicos, defendem interesses seccionais que vez ou outra colidem com as decisões que a cúpula gerencial considera como sendo do interesse geral da empresa. Ocorrem então conflitos nem sempre explicitados, que se manifestam sob

formas variadas de insubordinação, sabotagem, ocultação ou adulteração de dados etc. E acontecem conflitos também com concorrentes, clientes, fornecedores, associados etc. Administrar uma grande empresa capitalista está provavelmente mais próximo da condução duma guerra em múltiplas frentes do que do estudo e resolução de problemas “técnicos”.

Isso não quer dizer que o administrador – assim como o médico e o engenheiro – possa prescindir de conhecimentos científicos. No enfrentamento de situações diversas, o administrador tem de mobilizar conhecimentos oriundos das ciências físicas e humanas. Só que tais conhecimentos são enciclopédicos, extravasam qualquer currículo escolar. O que se ensina nas escolas de administração são os fundamentos de diversas ciências aplicadas e o que mais se pratica é o estudo de casos, para tentar fornecer ao aluno um pouco da cultura que o administrador veterano adquire ao longo de muitos anos de experiência real. O administrador, mesmo quando especializado, é quase sempre um generalista tarimbado, cuja qualidade maior é saber os limites de sua competência para buscar auxílio teórico ou prático sempre que necessário.

A autogestão duma empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte. Numa empresa solidária todas as informações relevantes estão disponíveis aos interessados. A contabilidade e os demais sistemas de controle são desenhados para que a transparência imperie, de modo que a participação de todos nas decisões possa acontecer.

Sendo as decisões coletivas, a experiência de todos os sócios pode ser mobilizada, e esta será sempre muito maior que a experiência duma cúpula, que na empresa capitalista concentra o poder de decisão. Por isso, as decisões coletivas em empresas solidárias tendem a ser mais certeiras do que as adotadas em empresas capitalistas comparáveis. Esta vantagem, no entanto, tem um custo: decidir coletivamente leva mais tempo pois é preciso ouvir a manifestação de todos ou ao menos dos que querem participar. Decisões de grande alcance podem suportar este custo, outras, que necessariamente têm de ser rápidas, não.

As decisões de grande alcance nunca são tomadas de afogadilho, pois o custo dum possível erro é muito maior que o tempo necessário para ponderar os argumentos. Decisões que têm de ser tomadas imediatamente são em geral de pequeno alcance. Por isso, é possível delegá-las a um responsável que conheça o funcionamento do setor afetado. Só excepcionalmente decisões graves têm de ser tomadas com rapidez. Se a empresa estiver pegando fogo, a decisão de como combatê-lo não pode ser submetida a uma assembléia, mas contingências como essas são raras.

A conclusão de toda esta discussão é que a gestão democrática é plenamente compatível com o emprego da competência científica. Os detentores desta competência não precisam ter “autoridade” mas capacidade de formular alternativas e explicar os prós e os contras de cada uma a quem tem autoridade, que na empresa solidária é a assembléia de sócios ou de quem decide por ela. Aliás, algo semelhante ocorre na empresa capitalista. Lá a autoridade não é do especialista mas do grupo controlador do capital acionário ou de quem fala por ele. As decisões importantes são submetidas pelos especialistas ao Conselho de Administração, na qual têm assento os representantes dos grandes acionistas.

EMPRESA CAPITALISTA VERSUS EMPRESA SOLIDÁRIA: A CONSTRUÇÃO DA COMPETÊNCIA

Sendo a administração uma arte, o seu exercício competente exige conhecimentos variados que são resumidos no conceito de “experiência”. Quando uma nova empresa *capitalista* é formada, a sua direção é entregue em geral a quem demonstrou grande capacidade à frente de outras empresas, embora muitas vezes em ramos e lugares completamente diferentes. Supõe-se que, de alguma maneira, a experiência adquirida alhures possa ser aproveitada no enfrentamento dos problemas da nova empresa. A cúpula gerencial contrata outros administradores experimentados para ocupar cargos na hierarquia da empresa e tenta formar com eles uma equipe capaz de lidar com os conflitos que inevitavelmente marcarão a vida do novo empreendimento.

Se isso vai acontecer ou não, dependerá do processo de aprendizado que a operação do novo empreendimento oferece a todos os executivos (e demais atores). Cada conflito travado, identificado e negociado é uma lição para os participantes, que passam a se conhecer e a ajustar suas condutas uns aos outros. Cada empresa forja deste modo sua cultura própria, que lhe confere estabilidade e condições para se desenvolver.

Quando uma nova empresa *solidária* surge, a sua estruturação segue uma lógica completamente diferente. Em sua origem há em geral uma comunidade formada por ex-empregados duma mesma empresa capitalista ou por companheiros de jornadas sindicais, estudantis, comunitárias etc. Os integrantes, por exemplo, de cooperativas formadas em assentamentos de reforma agrária compartilharam por vários anos acampamentos à beira de estradas e ocupações de fazendas, choques com a polícia etc. Como vimos antes, uma empresa solidária surge não só para permitir ganhos aos sócios, mas como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo. É uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica. Ela exige dos seus integrantes uma opção *contra os valores dominantes da competi-*

ção individual e da primazia do capital sobre o trabalho. Por isso, seu nascimento requer em geral o patrocínio de apoiadores externos, que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras (órgãos especializados em formar e amparar tais empreendimentos), sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais (ONG) etc.

Toda empresa solidária é ao mesmo tempo uma associação comunitária. Quem se associa a ela não faz um contrato de trabalho mas entra numa união em que o seu destino individual se funde com os de seus companheiros. Por isso, o processo de aprendizado coletivo que vai viabilizar a empresa começa antes mesmo que ela venha a funcionar. Na sua gestação, os futuros sócios interagem, fazem cursos de cooperativismo ou similares e de preparação profissional e se estruturam politicamente ao elaborar o estatuto da empresa.

Quando a empresa solidária começa a funcionar, os sócios já têm certa prática de autogestão, embora lhes falte, possivelmente, toda competência específica para operar no ramo de negócios escolhido. Esta competência será construída ao longo da vida prática da empresa, analogamente ao que ocorre com a empresa capitalista. Só que nesta o aprendizado se limita principalmente aos integrantes do corpo de executivos, ao passo que na empresa solidária ele se estende a todos os membros.

É claro que a empresa solidária não pode prescindir de especialistas desde o seu início, que podem pertencer ao seu quadro ou funcionar como assessores externos. A ausência de especialistas marca pequenas cooperativas comunitárias, que se multiplicam nas periferias de nossas metrópoles, bem como cooperativas que sucedem a empresas capitalistas falidas ou em processo falimentar. Estas empresas são criadas em geral por trabalhadores, de baixa escolaridade, que dominam muitas vezes o processo produtivo mas não estão preparados para pesquisar mercados em busca de novas oportunidades de negócios nem para acompanhar a evolução das tecnologias relevantes de produtos e processos. Tais debilidades já têm sido diagnosticadas por incubadoras e outros apoiadores e só poderão ser remediadas se estas empresas solidárias puderem recrutar profissionais de nível superior para os seus quadros.

A CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SETOR

Convém notar que sob os princípios da economia solidária operam empresas diversas, o que torna qualquer generalização excessivamente arriscada. Uma forma de abranger este conjunto seria tentar uma classificação sumária e provisória. Teríamos dum lado, cooperativas de produção industrial e de serviços dotadas de capital abundante, que empregam a melhor tecnologia e se mostram competitivas no mercado mundial ou em

mercados nacionais. Viriam, em seguida, cooperativas dotadas de capital modesto, que empregam tecnologias herdadas de empresas antecessoras, e enfrentam grandes dificuldades para se manter em alguns mercados. E, finalmente, teríamos grande número de pequenas associações de trabalhadores marginalizados ou de pessoas estigmatizadas – ex-detentos, deficientes físicos, ex-dependentes de drogas, moradores de rua etc. – que procuram desenvolver alguma atividade produtiva mas que sobrevivem em grande medida graças a doações e ao trabalho voluntário de apoiadores externos.

A esta classificação de entidades associativas produtoras de mercadorias devemos adicionar cooperativas de trabalho, que não têm outro capital senão a capacidade de trabalho de seus membros. Estas cooperativas procuram vender serviços (de limpeza, de manutenção, de reparação, de jardinagem, de vigilância etc.) a serem prestados nos locais e com o uso de meios fornecidos pelos compradores. As cooperativas de trabalho se aproximam perigosamente das empreiteiras de mão-de-obra e das falsas cooperativas, montadas por firmas capitalistas que visam explorar o trabalho dos cooperadores sem lhes pagar as contribuições trabalhistas legais.

Integram ainda o campo da economia solidária clubes de trocas, formados por pequenos produtores de mercadorias, que constroem para si um mercado protegido ao emitir uma moeda própria que viabiliza o intercâmbio entre os participantes. E diferentes cooperativas de consumidores, com destaque para as de crédito, de habitação, de saúde e escolares. Estas cooperativas de consumidores somente pertencem à economia solidária à medida que abrem suas portas aos profissionais que as operam.

A extraordinária variedade de organizações que compõem o campo da economia solidária permite formular a hipótese de que ela poderá se estender a todos os campos de atividade econômica. Não há em princípio um tipo de produção e distribuição que não possa ser organizado como empreendimento solidário. Se houvesse um levantamento abrangente de todos os empreendimentos que fazem jus a esta qualificação, em todos os países, é bem possível que eles já se façam presentes em todos os ramos de atividade.

Mas, para que esta hipótese se torne realidade nos vários países é preciso garantir bases de sustentação à economia solidária. As mais importantes são fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais. Convém notar que as empresas capitalistas contam com tais bases de sustentação que, no caso delas, são sobretudo oferecidas por outras empresas capitalistas: bancos comerciais e de fomento, cadeias atacadistas e varejistas, multiempresas que desenvolvem sistematicamente novos produtos e novos processos e instituições privadas de ensino superior.

O que debilita o desenvolvimento da economia solidária é que a maior parte de suas unidades atuam isoladamente em mercados dominados por empresas capitalistas, com pouco ou nenhum acesso a crédito, a redes de comercialização, à assessoria tecnológica etc. O grande contra-exemplo é o Complexo Cooperativo de Mondragón, integrado por mais de cem cooperativas de produção, que conta com um grande banco (Caja Laboral Popular), uma das maiores redes de supermercados da Espanha, uma universidade e diversas cooperativas de investigação tecnológica. Em outras regiões – no norte da Itália, em Quebec, no Canadá – a economia solidária já atingiu certa densidade, o que eleva seu potencial de expansão.

A construção dum setor integrado de empresas e instituições que se regem pelos princípios da economia solidária é condição essencial para evitar que a sina das iniciativas e experiências se limite ao dilema sombrio de Webb-Bernstein-Luxemburg: a degeneração ou a falência. A construção da competência nos princípios da solidariedade é perfeitamente possível desde que cada empreendimento possa se financiar, abastecer-se, escoar sua produção, aperfeiçoar-se tecnologicamente e educar seus membros em intercâmbio com outros empreendimentos solidários.

Cabe finalmente cogitar se a constituição dum setor integrado de empresas e instituições solidárias pode se dar sem o apoio decisivo do governo nacional em cada país. Se esta fosse a condição, seria necessário mais uma vez priorizar a luta pelo poder governamental para viabilizar a economia solidária como alternativa ao capitalismo. No passado, esta prioridade contribuiu ao abandono da economia solidária, tida como inviável em formações sociais dominadas pelo capital privado. Na Europa, houve governos socialistas e social-democratas em diversos países e em várias ocasiões. A título de avanço ao socialismo, eles estatizaram setores importantes das economias, porém mantendo nas empresas estatais a gestão capitalista. O que debilitou o domínio do capital privado, mas não contribuiu para a superação do capitalismo por algo que merecesse o nome de socialismo.

Por outro lado, o desenvolvimento do Complexo Cooperativo de Mondragón contou com apoio do governo do país basco, mas apenas em suporte semelhante ao normalmente dado a empresas capitalistas. O apoio de governos regionais e locais a iniciativas de economia solidária vem se registrando em numerosos países, não só da Europa. Ultimamente, também no Brasil isso está se verificando, ainda que em medida ainda modesta. O que estas experiências indicam é que o desenvolvimento da economia solidária e sua integração num setor pode se dar de baixo para cima, por iniciativa das próprias empresas e instituições de apoio, sem interferência direta de autoridades governamentais. E que esta alternativa parece preferível sobretudo para preservar a autenticidade das organizações solidárias, que depende da sua democracia interna e da sua autonomia externa.